

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EVASÃO ESCOLAR:

um estudo de caso no Instituto Federal do Sudeste de Minas
Gerais, campus São João del-Rei

Rafaela Racilam Gonçalves¹

Vânia Aparecida Rezende²

RESUMO

A evasão escolar configura-se como um dos desafios mais relevantes e complexos dentro da área da Educação, trata-se de uma problemática que não pode ser analisada de forma isolada sem a compreensão de suas multidimensões, dentre elas a análise das políticas públicas. Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a evasão escolar no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus São João del-Rei entre os anos de 2014 a 2017. A fundamentação teórica baseou-se em duas vertentes sendo, a evasão escolar e políticas públicas. Trata-se de um estudo de caso de cunho qualitativo, caracterizada como exploratória e descritiva, dados secundários foram utilizados para complementar as análises das informações. Os resultados deste artigo apontam que, os dois motivos mais citados para a evasão, pelos entrevistados, não tinham relação direta com a instituição, se enquadrando como decisões pessoais dos discentes, já os motivos menos votados estavam diretamente relacionados com o IFES estudado, configurando como um resultado positivo.

183

Palavras-chaves: Evasão Escolar. Educação. Políticas Públicas.

1 Bacharela em Administração pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

2 Professora adjunta efetiva com dedicação integral ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del-Rei-DECAC/UFSJ. Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras - PPGA/UFLA.

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar configura-se como um dos problemas mais relevantes e complexos dentro da área da Educação, trata-se de um fenômeno presente nos diversos níveis escolares. Fialho (2014) *apud* Silva Lobo (2012) ressalta que a evasão é comparável à uma doença silenciosa, pois muitas vezes não dá sinal que vai acontecer, mas se tornar perigosa. A problemática da evasão não pode ser analisada de forma isolada, desconsiderando compreensão de suas multidimensões.

Pode-se afirmar que diversas são as variáveis que influenciam nesta análise, perpassando principalmente pelo nível escolar e a distinção entre as escolas públicas e privadas. No que tange ao interesse na academia sobre o tema, Prestes e Fialho (2018) *apud* García-Ros e Pérez-González (2011) advertem que a própria expansão do ensino superior amplia a visibilidade da temática elevando o número de trabalhos que tratam deste fenômeno.

Neste contexto, uma das mais importantes multidimensões a ser analisada é a das políticas públicas relacionadas à área educacional, torna-se imprescindível a compreensão do tratamento estatal para esta realidade. Os direitos amparados pelo Estado se concretizam mais eficazmente, uma vez que, os gestores públicos compreendem não somente a forma de oferecer o saber, mas seus desdobramentos, entre eles como manter o estudante no processo educacional de forma a assegurar a sua formação.

Sendo a educação um direito garantido constitucionalmente, pode-se afirmar que a compreensão dos motivos e das relações que permeiam a evasão se tornam essenciais para o avanço deste debate. A evasão no ensino fundamental e médio tem sido tratada na literatura com maior exaustão, no contexto do ensino superior e técnico trata-se de

uma discussão mais recente em virtude de sua ampliação ter sido bastante significativa nas últimas décadas.

No âmbito do nível técnico, *locus* de análise deste trabalho, foi no início dos anos 2000 que um processo de expansão e interiorização da rede federal de Educação Profissional aconteceu, esta expansão culminou, em 2008, na Lei nº 11.892. Os antigos CEFETs foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ampliando o espaço para a oferta de formação de professores tanto inicial quanto continuada especialmente nas áreas de ciências e matemática (BRASIL, 2008).

Mesmo sendo a expansão relativamente recente, Silva e Romanowski (2017), relembram que a história do surgimento da Rede Federal de Educação Profissional é antiga, datando no Brasil em 1909. Segundo a lei de criação dos IF's, foram criados 38 polos e eles se distribuem nas cinco regiões de todo o território nacional, além do mais eles ofertam cursos nas modalidades técnicos integrados (com ensino médio no próprio instituto), técnicos concomitantes (com ensino médio em outra escola), técnicos subsequentes, superiores e especialização. No estado de Minas Gerais, até o ano de 2010 existiam 24 IF's, atualmente o estado mineiro conta com a presença de 57 *campi*. (BRASIL, 2018)

Neste cenário do ensino técnico federal, a pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus São João del-Rei. A questão *mater* norteadora desta pesquisa delimitou o objetivo deste trabalho em analisar a evasão escolar no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus São João del-Rei, entre os anos de 2014 a 2017. Visando alcançar os resultados desejados, este trabalho além desta introdução apresenta a revisão de literatura tendo a evasão escolar e as políticas públicas como temas centrais.

Em sequência, apresenta-se o percurso metodológico e a discussão dos resultados, finalizando com as considerações finais.

2 EVASÃO ESCOLAR: UM DESAFIO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

A Constituição Federal Brasileira estabelece, em seu art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988, art. 205). Mesmo abrindo espaço para a iniciativa privada atuar na educação, o Estado se compromete e se torna o principal responsável pela Educação Básica e Superior da nação. A Instituição de Ensino Superior Brasileira (Insper), chama a atenção para o fato de que a educação não se restringe somente ao acesso, mas seu “pleno desenvolvimento” como mencionado na Constituição.

186

Apesar disso, um problema que tem sido recorrente na educação brasileira é a evasão escolar, que segundo Filho e Araújo (2017, p. 37) trata-se da “fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade”, todavia, os autores mencionam que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) faz uma diferenciação entre evasão e abandono escolar, no qual neste último o aluno teria possibilidade de retornar ao sistema de ensino, enquanto que na evasão há a desistência sem possibilidade de retorno.

Fato é que tanto a evasão, quanto abandono podem não ter um ponto específico de origem e de fim, mas elementos que demonstram ausência de empenho juvenil nas incumbências escolares, sendo este fator alvo para diversas pesquisas de mensuração de causas e consequências. Barros et al (2016, p. 03). A evasão escolar é um problema social, porém só não pode ser considerada como tal

quando o aluno desiste de um curso para fazer outro, sendo esse um processo de autodescobrimento (SANTOS; SILVA, 2011).

As autoras supracitadas retratam o conceito da palavra em questão como “sinônimo de fuga, evitação e desvio” (SANTOS; SILVA, 2011, p. 252). Levando em consideração as variadas discussões sobre as políticas de ação afirmativa, acrescentam ainda a ideia de exclusão quando os alunos cotistas são evadidos, já que não tiveram possibilidade de permanecer estudando.

O conceito de evasão vai muito além do que sinônimos para representar uma saída ou fuga da instituição de ensino, e corresponde a um “amplo contexto com múltiplas facetas nem sempre bem compreendidas.” (GOMES, 2000, p. 90). Baseados nas ideias de Marchesi (2006), Borja e Martins (2014) acreditam que a probabilidade de evasão escolar pode ser explicada pelas características da sociedade no qual o estudante pertence e até mesmo suas próprias características socioeconômicas e suas motivações.

187

Não obstante, o sistema educacional é apontado como elemento fundamental para essa análise, sendo a evasão “um fenômeno social complexo que provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas” (BORJA; MARTINS, 2014, p. 95). Este conceito de evasão foi adotado para o desenvolvimento da temática neste trabalho.

A evasão é um fenômeno complexo, mas que pode ser medido, ainda mais se for estudado com base em dados institucionais internos, se torna exequível ao:

institucionalizar-se um mecanismo de acompanhamento da evasão, registrando os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo) e, a partir daí, organizar

tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados (SILVA FILHO et al, 2007, p. 644).

Para o autor acima citado, o problema de evasão escolar atinge todos os níveis de ensino, atingindo desde fundamental a modalidades de cursos tecnológicos e também superiores. Reforça que, ao iniciar os estudos em uma instituição específica, tanto pública quanto privada, um aluno representa recursos, e no caso de instituições públicas, recursos públicos que estão sendo aplicados para o desenvolvimento educacional deste.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À EVASÃO ESCOLAR

A Gestão Privada sempre existiu, porém, a Gestão Pública passa a existir com o surgimento do Estado, uma entidade com governo soberano sobre um povo em um território delimitado. Pode-se considerar que o Brasil se constituiu de fato como Estado com sua independência, em 1822, mas sua gestão já se existia, mesmo que com caráter patrimonialista, permeado pela dificuldade na distinção do que é público e do que é privado. Dessa forma, é perceptível que a administração pública, enquanto responsável pela máquina do Estado, deve prezar pelo bem comum.

O Estado possui toda uma estrutura funcional, além de recursos para suprir as necessidades da sociedade, para isso ele precisa obter meios de supri-las. Essas necessidades demandadas, para Rua (2014) são classificadas como demandas novas, recorrentes e reprimidas. As demandas novas se referem ao surgimento de novos distúrbios sociais. As demandas recorrentes comumente retornam no “debate político”. As demandas reprimidas são necessidades não satisfeitas por ação dos representantes políticos, que causam inquietação na sociedade. Além de satisfazer necessidades, o Estado também precisa resolver conflitos, que segundo a autora podem ser

solucionados por meio da coerção ou da política, que por sua vez gera políticas públicas.

O surgimento de políticas públicas como área de estudo nasceu nos Estados Unidos, dentro das Ciências Políticas, diferentemente dos moldes vistos na Europa até então focados exclusivamente no Estado, passaram “direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (SOUZA, 2006, p. 22). Assim, iniciou-se um processo de busca incessante do conhecimento dessa ação dos governos. Com a Guerra Fria este conceito foi aprimorado e cada vez mais estudado.

Segundo Souza (2006), dentre sociólogos, economistas e cientistas políticos, quatro são considerados pioneiros do campo de políticas públicas, são eles: Harold Laswell, Hebert Simon, Charles E. Lindblom e David Easton. Segundo a autora, Laswell (1936) criou um vínculo do governo com o conhecimento científico através de sua análise de políticas públicas. Partindo do pressuposto da tão limitada racionalidade dos decisores públicos, para Symon (1957) esse quadro pode ser revertido com a tomada de decisão mais racional e em prol de interesses coletivos. Baseado nas ideias dos dois estudiosos citados, Lindblom (1959; 1979), aprofundou com mais fatores que influenciam toda a análise como, por exemplo, a própria burocracia. Para Easton (1965), as políticas públicas são influenciadas pelos meios, dessa forma são consideradas como um sistema.

No Brasil, os estudos da ação dos governos começaram a ganhar consistência teórica a partir dos anos 80. Para se estudar a ação dos governos e construir uma definição de política pública se faz necessário um destrinchamento de seus termos e entender em primeiro plano, que público se contrapõe e extrapola a concepção de individualidade, por mais que na coletividade cada um tem suas próprias ambições. (DIAS; MATOS, 2012).

Para Secchi (2016), na coletividade existem disfunções que causam perturbação no sistema, essas disfunções são os chamados problemas públicos, que serão estudados por meio das políticas públicas, transformadas em instrumentos na tentativa de combatê-los ou, pelo menos, amenizá-los, o autor ressalta que tudo depende do contexto vivenciado. Além do mais, “as políticas públicas constituem um meio de concretização dos direitos que estão codificados nas leis de um país” (DIAS; MATOS, 2014, p.15).

Dias e Matos (2012) apontam para a diversidade dos conceitos de políticas públicas, no entanto enfatizam um ponto em comum, o Estado só vai atingir o seu objetivo, de fato, a partir das operações que o governo decidir priorizar, podendo ser desempenhadas em conjunto de atores políticos.

As várias definições de políticas públicas, por mais que suscetíveis a críticas, conduzem para um desdobramento de uma visão pluridisciplinar, que explora mais que elementos individualizados, cujo “foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos” (SOUZA, 2006, p. 25).

Perante a contextualização apresentada sobre políticas públicas, se torna possível aprofundar ainda mais em seu arcabouço em concordância com o tema, traçando um percurso histórico juntamente com a importância das políticas relacionadas ao objeto de estudo.

Para Dias e Matos (2012) a natureza das políticas públicas se refere à sua abrangência, aos seus propósitos e ao arcabouço decisório. Os autores ainda as tipificam em quatro segmentos, sendo política social, macroeconômica, administrativa e específica ou setorial.

Dentro de uma perspectiva setorial e social, pode-se destacar as políticas públicas que englobam a educação, no caso específico deste trabalho, políticas especificamente voltadas à evasão escolar. Sendo

assim, pode-se afirmar que políticas públicas voltadas para evasão escolar deveriam ser um dos pontos centrais do Estado brasileiro, enfocando sua atuação na Educação, já que o Estado possui um governo que se encarrega da aplicação de certos regimes, na tentativa de resolver distúrbios sociais, sendo eles cada vez mais consistentes na medida em que se tem uma maior abrangência social (DIAS; MATOS, 2012).

Os antecedentes históricos revelam que nos primórdios do Brasil, como a economia era voltada para a agricultura, a Educação não era prioridade e que foi tida como necessária com a Primeira República para que o país pudesse se desenvolver, ou seja, emergindo a necessidade de uma Política Educacional Nacional, que com o estímulo da revolução de 1930 as políticas educacionais foram regulamentadas, sendo instituído um conjunto de decretos e leis (SANTOS, 2011).

Com o Regime Militar profundas mudanças na estrutura educacional ocorreram. Por causa da independência política do país fez-se imprescindível um aprimoramento do aparato funcional do país, fazendo emergir “uma série de escolas militares e de ensino superior em todo o território nacional delineando os primeiros traços de uma política educacional estatal no Brasil” (SANTOS, 2012, p.3)

Pode-se afirmar que o processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil, pós ditadura militar gerou reflexos também na área educacional. É um período caracterizado por grandes aspirações da sociedade que resultaram a promulgação da Constituição Federal de 1988. Para Alves (2008) este foi um contexto em que a educação ganhou, segundo o autor muitos educadores e entidades ligadas à área se unira em torno de uma proposta de organização popular, nesta perspectiva surgiram importantes entidades que tiveram papel de destaque nas lutas pela qualidade da educação. A política

educacional avançou e um dos principais resultados foi a criação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1996.

Segundo Santos (2011) ao longo do tempo as políticas públicas nessa área foram implementadas e por mais que abrangesse a maior parte dos níveis educacionais, ao tratar do ensino superior, foi somente na década de 2000 que muitos muitos programas foram estabelecidos. Entre eles Programa Universidade para Todos (PROUNI- 2004), que de certa forma, foi um incentivo à permanência nos estudos, já que conferia bolsas de estudos de estudos, de acordo com a renda e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI- 2007), que além de ampliar o acesso às universidades, buscou diminuir a evasão nos cursos.

Costa e Dias (2015) reforçam que ampliar o acesso à universidade um grande progresso na educação brasileira acontece, visto que, como aponta Santos (2011), antes atingia somente a aristocracia. Defende o autor que os programas se tornam ineficazes quando não se tem um suporte que garanta a permanência do aluno, fazendo com que as desigualdades persistam, daí a importância de políticas que sustentem o prosseguimento dos estudos, principalmente por parte dos alunos de camadas mais baixas na estratificação social.

Ao tratarmos da amplitude das políticas públicas às disfunções sociais ligadas à Educação, de acordo com Borja e Martins (2014, p.95),

A evasão escolar ocupa, nos dias atuais, espaço relevante no cenário das políticas públicas e da educação em geral. Em face disso, as discussões, acerca dessa problemática, têm tomado, como ponto central de debate, o papel, tanto da família, quanto da escola, relacionado à situação acadêmica do educando. (BORJA; MARTINS, 2014, p. 95)

Santos e Silva (2011) alegam que essa problemática tem ganhado mais atenção no campo teórico quando tratada nos níveis de

fundamental e médio do que superior. No que concerne ao ensino superior, as autoras mostram que a evasão pode ser medida, para que haja conjectura sobre as instituições que ofertam tal modalidade, ainda chamam atenção ao fato de que uma das diversas causas da evasão pode estar relacionada com a estrutura e qualidade do ensino da etapa anterior. A qualidade do ensino em todas as etapas é fundamental, já que por estarmos imersos em um mundo cuja globalização é predominante, “se exige de todos os países, assegurar a competitividade de seus mercados investindo na formação de recursos humanos” (SANTOS, 2012, p.8)

No Brasil existe o Censo de Educação Superior (CENSUP), uma ferramenta utilizada todos os anos para coleta de informações sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) transformando essas informações em uma estatística oficial para conferência pública que favorece o controle e a análise de políticas públicas referentes à área educacional. No ano de 2015, o Ministério da Educação (MEC) divulgou resultados desse censo, mostrando que no período entre 2010 e 2014 houve um aumento no número de alunos desistentes ao se iniciar os cursos, no qual o ministro desta pasta afirmou existir uma deficiência no ensino médio voltado para a questão vocacional e que o mesmo precisa de uma reforma.

193

Por outro lado, vale lembrar que o serviço educacional também pode ser de boa qualidade, mas ainda depende do comprometimento do aluno que, quando não ocorre, afeta negativamente seu desempenho, comprometendo o direito que lhe é garantido. É importante ressaltar que há casos em que a falta de comprometimento do jovem pode estar associada a fatores externos, que não estão sob seu domínio, um exemplo de fator externo pode ser a necessidade de trabalho antes da conclusão de todas as etapas educacionais. Além do mais, essa decisão de evadir gera custos para o indivíduo, principalmente sobre conseguir emprego ou pelo menos um emprego satisfatório,

e para a sociedade que acaba arcando esses custos juntamente do aluno, encontrando-se tanto em termos financeiros, quanto no sentido de consequências econômicas, políticas e sociais. (BARROS *et al.*, 2016).

Como é possível perceber, a evasão é um problema complexo de causas e consequências diversas, por isso deve-se levar em consideração o fato de envolver não só a educação em si, mas diversas áreas na formulação de políticas públicas, que devem partir de “ações intersetoriais”, como exemplo, o transporte, entre outros. (SANTOS, 2012, p.8).

Se tratando de educação superior, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem se atentar para a “infraestrutura ofertada, como moradia estudantil, apoio ao transporte, biblioteca, refeitório, apoio para estudantes com deficiência física, entre outros” como forma de dar suporte à permanência na instituição. (COSTA e DIAS, 2015, p.56).

Costa e Dias (2015) mencionam que o primeiro ano na universidade pode ser o mais difícil para o aluno por questões de adaptação. Os autores trazem o exemplo de duas instituições que procuram dar suporte nesse quesito, a IES privada Vanderbilt University, da cidade de Nashville nos Estados Unidos, e a faculdade filantrópica Dehoniana, da cidade de Taubaté, São Paulo. Na primeira IES, que comumente apresenta índice de evasão no primeiro ano de apenas 3%, necessariamente o aluno mora na Universidade no primeiro ano e passa por um processo de “acolhida”, garantindo familiaridade com o meio acadêmico, além de ter suporte em outras áreas. Na segunda instituição a estrutura oferecida favorece a dedicação por tempo maior aos estudos, interação entre os discentes e docentes, ainda trata de questões básicas de manutenção do aluno.

Os exemplos apresentados são de políticas institucionais, ou seja, das próprias IES e parecem estar longe da realidade vivenciada no Brasil,

principalmente por parte das IES públicas, no entanto, “considerá-las ajuda a vislumbrar a necessidade de um trabalho diferenciado na acolhida dos alunos ao ambiente universitário” (Costa e Dias, 2015, p.58), elas são ações que dão apoio à estância do estudante na academia e seu desenvolvimento.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico adotado contou com uma pesquisa de cunho qualitativo, para Gerhardt e Silveira (2009), neste tipo de abordagem, os pesquisadores buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito. Para Flick (2009), é cada vez mais difícil encontrar uma definição comum para este tipo de pesquisa que seja aceita pela maioria das abordagens e dos pesquisadores do campo, para Martins (2004) a perspectiva depende, fundamentalmente, da competência teórica e metodológica do cientista.

Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória, pois mesmo a instituição estudada já ter sido alvo de outras pesquisas, não foi averiguada nenhuma pesquisa abordando políticas públicas voltadas à evasão escolar, e descritiva, pois segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa, objetiva identificar a relação de variáveis e estabelecer sua condição, além de descrever as particularidades do grupo a ser analisado.

195

A pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, quanto aos meios de investigação como pesquisa de campo, que corresponde à “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 1998, p.45).

Ainda quanto aos meios de investigação, é caracterizada como documental, pois foram analisados relatórios internos da Coordenação

Geral de Assistência Estudantil sobre motivos de evasão, realizados pela assistente social do setor de Orientação Educacional. A análise documental é apresentada por Flick (2009) como uma estratégia complementar aos outros métodos, o autor alerta para o fato de que uma pesquisa dessa natureza é mais que uma mera análise de textos. Os documentos devem sempre serem vistos como meio de comunicação.

Para coleta de dados, foram utilizadas duas vias, inicialmente foi feito um contato via telefone, para identificar os motivos de evasão dos alunos classificados como evadidos. Já em relação aos alunos que formalizaram a desistência do curso, por meio de trancamento ou cancelamento, foram aplicados questionários semiestruturados, ressalta-se que esta coleta de dados ocorreu via instituição. O número total de alunos que evadiu no período estudado consiste em 301, já a verdadeira amostra equivale a 163, que foram os alunos que responderam, possibilitando a obtenção de informação sobre a causa de desistência do curso.

Todos os dados coletados, tanto via telefone quanto pelos questionários, foram enviados ao programa *Calc* do *LibreOffice*, para serem feitos os gráficos de análise. Além disso, foi utilizada a ferramenta *Google Forms* do *Google Drive* para mais lançamentos de dados. Com os gráficos prontos e repassados à assistente social responsável, realizou-se, juntamente com o setor de supervisão pedagógica, um relatório. A partir deste material originou-se a elaboração das análises apresentadas neste estudo. Optou-se por uma interpretação analítica e qualitativa, as informações obtidas foram sistematizadas em vistas a proporcionar a possibilidade de uma reflexão sobre os resultados. Dados secundários foram utilizados para embasar o estudo e contextualizar a pesquisa realizada.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus São João del-Rei, a instituição foi criada em 04 de novembro de 2009 pela Resolução nº 004/2009 e é regido pela reitoria que se encontra no município de Juiz de Fora/MG. Trata-se de uma organização de ensino superior tecnológico e profissional da rede federal de ensino regida pelo Ministério da Educação por meio de instrumentos normativos como: Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior, Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Atos da Reitoria.

Atualmente o Instituto oferta cinco cursos na modalidade de técnico (concomitante ou subsequente) sendo eles, Administração, Controle Ambiental, Enfermagem, Informática, e Segurança do Trabalho; na modalidade superior de tecnologia três cursos sendo, Logística, Gestão de Recursos Humanos e Gestão da Tecnologia da Informação; na modalidade superior licenciatura o curso de Letras. Além disso, conta com curso de pós-graduação em Didática e Trabalho Docente e Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho. O Instituto possui atualmente 720 alunos matriculados em seus cursos.

197

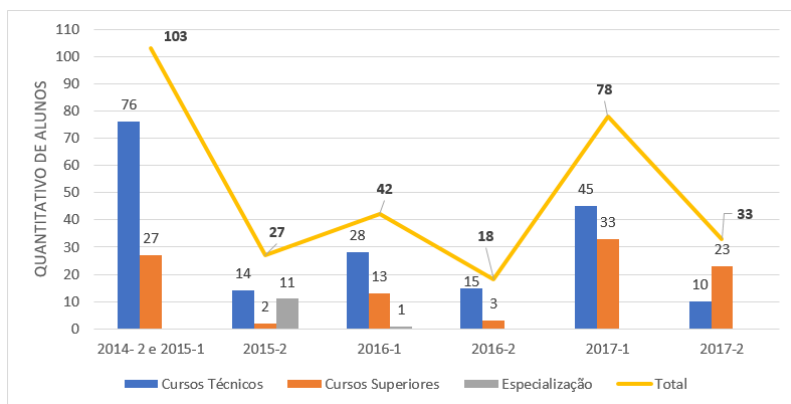
A análise dos resultados, estruturada de acordo com dados da pesquisa, tem por finalidade auxiliar a instituição na redução dos índices de evasão, a partir da verificação dos dados correspondentes do segundo semestre de 2014 até o segundo semestre de 2017. O segundo semestre de 2014 e o primeiro de 2015 foram analisados em conjunto, uma vez que, a instituição não disponibilizava dos dados específicos de cada período, sendo os mesmos aglomerados no relatório interno do IF.

Os resultados mostraram que o perfil de aluno evadido foi maior para o sexo masculino, correspondendo a um percentual de 57%, no entanto, o número de mulheres não é tão discrepante,

correspondendo a um percentual de 43%, o que mostra que não há uma predominância de sexo evadido. Notou-se uma variação nos períodos estudados, em sua maioria o índice de evasão predominante foi por parte do sexo masculino, porém no segundo semestre de 2015 o percentual de mulheres foi maior, chegando a 59%, já no primeiro semestre de 2017 houve semelhança na evasão, correspondendo a 50% em ambos os sexos. Em termos quantitativos, o total de homens evadidos foi 171 e mulheres evadidas 130.

Como mencionado anteriormente, o IF possui cursos nas modalidades técnicas e superiores, além de especialização. Neste sentido, o gráfico a seguir expressa a relação de alunos evadidos e as modalidades de cursos.

GRÁFICO 1. ALUNOS EVADIDOS POR TIPO DE CURSO



Fonte: Dados da pesquisa.

O número total de alunos evadidos no período analisado confere a 301 alunos. Cabe lembrar que o número de alunos não corresponde ao número de motivos, pois um mesmo aluno pode apresentar mais de um motivo para a evasão. Ainda é preciso ressaltar que em 2017/2, sete alunos já estavam no controle de evadidos de 2017/1 e/ou efetuaram o trancamento/cancelamento em 2017/2, representando

na verdade 26 alunos, porém como esses dados foram recebidos e mantidos pelo setor responsável, também permaneceram neste estudo.

Percebe-se pela análise do gráfico que na maioria dos semestres a evasão se deu nos cursos técnicos. A primeira categoria apontou o maior número de alunos evadidos total, sendo 103, e também na modalidade de curso técnico, sendo 78, porém nela foram analisados dois semestres em conjunto, o que interfere na apuração real dos dados. A categoria que mais se mostrou relevante, tanto em termos totais quanto nos cursos técnicos, foi o primeiro período de 2017, sendo seu total de alunos 78 e alunos evadidos nos cursos técnicos 45, esse último equivalendo a 58%.

O segundo período de 2017 foi o único que apresentou uma inversão nos valores, sendo a evasão nos cursos superiores 70% quando comparada aos cursos técnicos. A especialização apresentou evasão somente em 2015/2 e 2016/1, equivalendo a 41% e 2%, respectivamente.

199

Algo em comum observado no gráfico foi que, com exceção da primeira categoria que relaciona dois períodos, os maiores índices de evasão total se encontraram nos primeiros semestres de cada ano, o que pode inferir na análise dos motivos. Esse fator pode ser melhor verificado na tabela a seguir.

Tabela 1. Índice de evasão total por semestre:

Ano/ Semestre	2014/2 e 2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2
Evasão	34%	9%	14%	6%	26%	11%

Fonte: Dados da pesquisa.

O primeiro semestre de 2017 apresentou por si só um índice de evasão de 26%, que é um percentual significativo nessa análise quando comparado com 2014/2 e 2015/1 que é de 34%, o segundo semestre de 2016 apresentou o menor percentual, sendo de apenas 6%.

Visando analisar os motivos de evasão na instituição foi elaborado um formulário relatando 09 motivos, que são: incompatibilidade com o trabalho, incompatibilidade com outros compromissos, aprovação em outro curso desta Instituição, aprovação em outro curso de outra Instituição, não identificação com o curso, dificuldades de aprendizado, descontentamento com o curso, transporte e motivos pessoais. Ainda foi oferecida a opção 'Outro', caso o aluno apresentasse um motivo que não condiz com os demais. Dessa forma será apresentada a tabela do quantitativo de motivos de evasão em cada semestre.

200

Tabela 2. Motivos da evasão por semestre

MOTIVOS	2014/2 e 2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	TOTAL
Incompatibilidade com o trabalho	24	9	11	5	6	7	62
Incompatibilidade com outros compromissos	2	-	2	-	3	-	7
Aprovação em Outro curso desta Instituição	1	1	3	-	-	-	5
Aprovação em Outro curso de outra Instituição	26	1	8	3	14	-	52
Não Identificação com o Curso	8	2	3	1	3	2	19

Dificuldades de Aprendizado	1	-	-	-	-	-	1
Descontentamento com o Curso	2	-	-	-	1	-	3
Transporte	5	-	-	-	-	-	5
Motivos pessoais	7	1	9	2	12	2	33
Outro	3	3	4	-	-	2	12
Não informaram	-	-	-	-	11	3	14
Não conseguimos contato	24	12	6	8	14	9	73
Sem Informação	-	-	-	-	14	-	14
Não passaram pelo setor	-	-	-	-	11	-	11
Em exercício domiciliar	-	-	-	-	-	3	3

Fonte: Dados da pesquisa.

201

Sobre o motivo “Incompatibilidade com o trabalho”, na tabela acima, é possível perceber que em 2014/2 e 2015/1 foi o maior índice correspondendo a 24, já no semestre seguinte houve uma queda para 9, mas logo voltou a subir para 11 em 2016/1. Já em 2016/2 esse motivo houve uma queda para 5, porém apresentou aumento crescente nos próximos semestres.

O segundo motivo, “Incompatibilidade com outros compromissos”, não foi averiguado no segundo semestre de cada ano e seus valores foram quase constantes sendo de 2, 2 e 3, referente à 2014/2 e 2015/1, 2016/1 e 2017/1 respectivamente. Esse motivo se refere aos compromissos que não puderam ser conciliados com os estudos e dentre eles foram citados, por exemplo, aprovação em concurso público.

A “Aprovação em outro curso desta Instituição” foi identificada em quantidade muito baixa sendo 1,1 e 3 nessa sequência e só

ocorreu nas três primeiras categorias. Isso demonstra que pode não ser considerado um problema, já que se trata de uma mudança na opção de curso, mas o aluno permanece na mesma instituição.

A “Aprovação em outro curso de outra Instituição” só não foi apurada em 2017/2. Os índices que se apresentaram mais altos foram nos primeiros semestres, sendo 26, 8 e 14, nessa ordem, e assim como verificado na análise dos cursos técnicos, não se pode afirmar, mas sim deduzir que exista alguma relação entre muitos alunos desistirem da modalidade técnica para a graduação.

O motivo “Não identificação com o curso” foi apontado em todos os semestres, retratando sua recorrência. Todavia, trata-se de um fator que pode não ter relação direta com a instituição de ensino e sim, com a aptidão do aluno ao curso escolhido inicialmente. O maior quantitativo foi 8, referente à 2014/2 e 2015/1, os demais períodos se apresentaram em baixa quantidade.

202

De todos os motivos, “Dificuldade de aprendizado” e o “Descontentamento com o curso” foram os que se mostraram em menor quantidade e não foram recorrentes. O primeiro correspondeu a 1 em 2014/2 e 2015/1. Já o segundo equivaliu a 2 em 2014/2 e 2015/1 e 1 em 2017/1.

O motivo “Transporte” só foi identificado em 2014/2 e 2015/1, correspondendo a 5. Este motivo faz parte da investigação, uma vez que, muitos discentes residem em municípios próximos e dependem de transporte há uma significativa quantidade de alunos residentes em outras cidades, dependentes de ônibus intermunicipais que lidam com um problema habitual que é o reduzido número de ônibus interurbanos que possuem linhas até o Instituto. Entretanto, isso não permite ignorar o fato de que, por mais que não houveram evasões relacionadas a esse motivo na maioria dos semestres, trata-se de

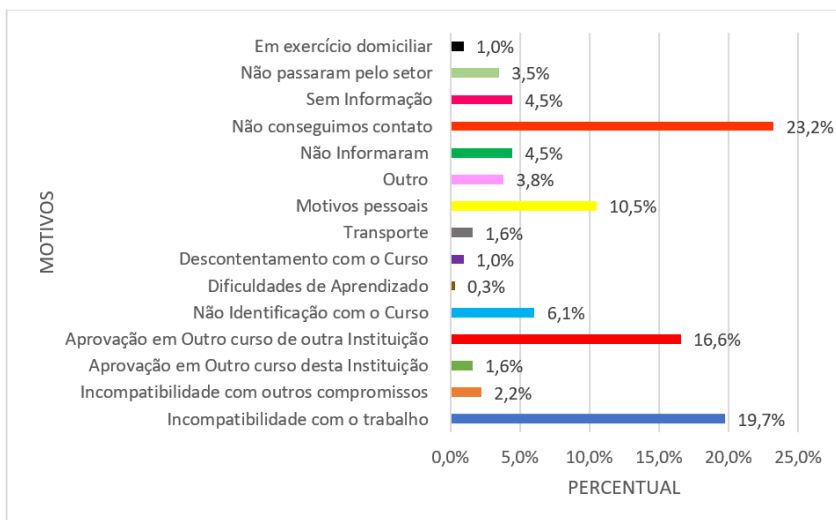
um problema frequente, no qual o Instituto pode empenhar-se em tratar essa questão recorrendo ao poder público municipal.

Os “Motivos pessoais” se apresentaram em todos os períodos estudados e se destacou em 2017/1, sendo um quantitativo de 12 motivos. Após esse período, os que se destacaram foram 2016/1 equivalendo a 9 e 2014/2- 2015/1 logo em seguida com um valor de 7 motivos. Alguns desses motivos pessoais que se destacaram foram gravidez e doença.

A opção “Outro” apresentou índices baixos nas categorias que se fez presente, sendo o maior deles 4, em 2016/1. Alguns dos motivos apresentados nessa categoria representavam, por exemplo, mudar de cidade, ou ter trancado/cancelado o curso e ainda não ter sido retirado do registro.

A categoria “Não conseguimos contato” possui indicadores consideráveis, sendo seu maior quantitativo igual a 24 em 2014/2 e 2015/1 e seu menor igual a 6 em 2016/2. Um outro fato a se considerar é que em 2017/1 as categorias “Sem informação” e “Não passaram pelo setor” apontam números pertinentes, equivalentes a 14 e 11, o que pode indicar certo equívoco nas informações intersetoriais. Ainda, a evasão em 2017/2 foi justificada pela presença do motivo “Em exercício domiciliar”. O gráfico abaixo permite a visão dos motivos em sua totalidade.

GRÁFICO 2. PERCENTUAL GERAL DE MOTIVOS



Fonte: Dados da pesquisa.

204

Ao fazer a análise geral, a categoria “Não conseguimos contato” se destaca com um percentual de 23,2%. Em seguida é possível perceber então que o principal motivo da evasão de discentes no IF é causada por “Incompatibilidade com o trabalho” (19,7%), seguida por “Aprovação em outro curso de outra Instituição” (16,6%). A taxa de “Motivos pessoais” (10,5%) também chama atenção quando comparada aos demais. O que apresentou menor índice foi a categoria “Dificuldades de aprendizado” (0,3%). No mais, pela análise geral não foram identificados percentuais exorbitantes e em discrepância quando comparados uns com os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar destaca-se como um dos pontos mais relevantes que merecem atenção em qualquer contexto escolar. Agrega-se à esta constatação a percepção de que, trata-se, de uma área de alta

complexidade de análise onde muitas variáveis podem compor e retratar fatores, muitas vezes, com aspectos subjetivos.

A trajetória educacional no Brasil é marcada por uma herança de um processo de exclusão das políticas públicas, neste sentido pode-se afirmar que é recente a luta social e estatal de buscar uma excelência nesta área, e, tratar da evasão é uma questão emergencial nesta busca.

Uma das características marcantes dos Institutos Federais é a inclusão social, isto remete à relevância de políticas públicas pensadas acerca da evasão escolar, se referindo ao discente que já está no mercado de trabalho notou-se uma grande dificuldade de conciliar as duas atividades, foi constatado que a atividade profissional apresenta prioridade em relação a atividade acadêmica. As políticas sobre evasão precisam ser pensadas visando garantir a permanência do aluno na instituição.

O grande motivo destacado nos resultados do estudo foi “Aprovação em outro curso de outra Instituição”, a análise da evasão sob esta ótica mostra que esses alunos ainda permanecem incluídos na educação, mas levanta a questão do próprio Instituto introduzir políticas que enfatizem seus cursos e sua infraestrutura, pois cada discente representa recursos do governo que estão sendo investidos em tal instituição, e no caso da saída de alunos do Instituto se torna ponto negativo, já que retrata, conseqüentemente, a perda de recursos e investimento, o que reafirma a necessidade de se pensar em políticas públicas para diminuir a evasão escolar, seja em qualquer instância educacional. A saída de alunos nesta perspectiva, origina-se de uma decisão pessoal do educando, no entanto, suas conseqüências são de âmbito local e em uma visão mais abrangente no âmbito estatal.

Os resultados ao demonstrarem que os motivos aos motivos “Dificuldade de aprendizado” e o “Descontentamento com o curso”

foram os menores índices sobrelevou-se aspectos positivos em relação à estrutura do Instituto, de seus cursos e da metodologia dos professores. Gera uma reflexão pedagógica importante, mesmo existindo a evasão, questões de ordem interna não se configuram como as principais causas da saída dos discentes, o que implica na constatação de boa qualidade no ensino, comprovando assim a excelência do ensino técnico, levando os Institutos Federais como um dos principais canais de aprendizagem no contexto educacional.

No Instituto analisado há uma assistente social que faz diretamente o papel de intermediação juntamente aos alunos, este fato retrata que existe certa preocupação da instituição com o tema da evasão, no entanto, ressalta-se neste trabalho a necessidade do desenvolvimento de programas que visem, diretamente, gerar ações efetivas contra a evasão escolar.

206

O estudo realizado, como qualquer outra pesquisa, apresenta suas limitações como a falta de dados quantitativos nos relatórios utilizados de base e o grande número de alunos que não se obteve contato, o que não permitiu uma maior precisão na aferição dos motivos de evasão. Por outro lado, aponta possibilidades de futuras pesquisas no intuito de aprofundar a temática e, de fato, ganhar relevância que promove o avanço e gera contribuição em busca de uma melhor educação. Como sugestão para pesquisas futuras o trabalho aponta que seja realizado outra pesquisa com os alunos regularmente matriculados onde o grau de satisfação com a instituição seria revelado, e assim, possibilitar ao Instituto o desenvolvimento de ações preventivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. L. U. **A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996** / Washington Lair Urbano Alves – –Lins, 2008.

BARROS, R. P.; ROSA, Gabriela ; GARCIA, Beatriz ; MENDONÇA, Rosane ; FRANCO, Samuel . Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens 2016 (Working paper).

BORJA, I. M. F. S.; MARTINS, A. M. O. **Evasão Escolar: desigualdade e exclusão social.** Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Criação dos Institutos Federais. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em 26 abr. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal. Expansão Da Rede Fede. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

COSTA, S. L da; DIAS, S. M. B. **A Permanência no Ensino Superior e as Estratégias Institucionais de enfrentamento da Evasão.** Jornal de Políticas Educacionais, v. 9, n.17 e 18, p. 51–60, 2015.

207

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 26 abr. 2018

FIALHO, M. G. D. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** 2014. 107 f. (Dissertação - Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão

para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas S. A., 2002.

Histórico da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>> Acesso em 26 abr. 2018

GOMES, A. A. Considerações sobre evasão escolar no ensino superior. **Nuances** (Presidente Prudente), Presidente Prudente, v. VI, p. 90-106, 2000.

Instituições. Disponível em: < <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>> Acesso em 26 abr. 2018.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.30, n. 2, 2004.

PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M. G. D. . Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **ENSAIO (RIO DE JANEIRO. ONLINE)**, v. 26, p. 86-95, 2018.

Resolução CONSU nº 004/2016 de 25 de fevereiro de 2016. **Política do IF Sudeste MG para a prestação de serviços à comunidade externa**. Disponível em: <<http://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/Regulamento%20presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os.PDF>> Acesso em 27 abr. 2018

RUA, M. G. **Políticas públicas**– 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SANTOS, G. G.; SILVA, L. C. **A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa**. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262.

SANTOS, K. S. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil:**

Tecendo Fios. In: XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação/II Congresso-Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Cadernos ANPAE. São Paulo-SP: ANPAE, 2011. v. 11.

SANTOS, M. **A abordagem das Políticas Públicas**

Educacionais para além da relação Estado e Sociedade. In: Anais do IX ENPESUL, 2012.

SILVA, P. J.; ROMANOWSKI, J. P. Os institutos federais no Brasil: da educação profissional à formação de professores. In: XIII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. Anais XIII Educere, 2017. p. 15994-16008.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017

209

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO. O.; LOBO, M. B. de C. M. **Evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641- 659, set./dez. 2007.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas S.A., 1998.